

Ao 10º CNP – Brasília, 2019

Boa noite a todas e todos. É uma satisfação pessoal e enorme responsabilidade, representar o 17º Plenário do CFP no 10º Congresso Nacional da Psicologia.

Como afirmei em novembro de 2018, no 5º CBP, quis o acaso da história que eu estivesse junto com outras valorosas psicólogas e psicólogos na direção de uma entidade tão relevante como o Conselho Federal de Psicologia e num momento tão grave da nossa história.

A gravidade se dá pelo emblemático momento que vive a recente democracia brasileira. Renomados juristas de diferentes matizes ideológicas têm afirmado que, se relativizou no Brasil o estado de direito e a própria Constituição.

Crises institucionais foram produzidas e alimentadas por um ódio e rancor disseminado, que ganhou as redes sociais e as ruas. Ódio certamente retroalimentado pela crise das instituições, num círculo vicioso que se alastrou e chega nos dias de hoje na forma de banalização do mal e da violência como linguagem política.

Democracia que vive sob o tacão das *fakenews* e a mentira é a arma dos autoritários. Alguém duvida que a minha fala, distorcida e descontextualizada, não se transformará também numa *fakenews*?

Grave também é crise econômica e mundial que tem incidência no Brasil, e pelas respostas de governos, que encontram como saída à crise, salvar setores políticos e econômicos em detrimento de construir alternativas para a manutenção e ampliação de direitos à cidadania, aos milhões de pessoas que vivem do esforço do seu trabalho, incluindo nós, psicólogas e psicólogos.

Herdamos das resoluções do 9º CNP, realizado em 2016, o projeto da Psicologia brasileira preocupado com a justiça social, a defesa do estado de direito e laico, a opção nítida, inequívoca e intransigente pelos Direitos Humanos.

Este projeto construído por milhares de profissionais, em diferentes frentes e áreas de atuação, declarou para o exercício do 17º Plenário do CFP três

grandes eixos, nos quais a Psicologia como ciência e profissão se faz presente, são eles:

Organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade; Contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos; e Ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos.

Estes eixos revelam que a Psicologia tem entregado muito ao Brasil.

Inspirada, impulsionada e conduzida pela Constituição Cidadã de 1988, a Psicologia se espalhou pelo país e foi, paulatinamente, constituindo-se em um direito da cidadania brasileira.

É importante afirmar que a Psicologia está no imaginário da população com todos os riscos e potencialidades que isso traz, mas também com a responsabilidade que temos de bem informar o que é nosso e o que não é. Aí vale aquela máxima de que se tudo é Psicologia, nada é Psicologia.

Responsabilidade que temos, por exemplo, frente aos fenômenos da patologização e medicalização da vida social. Uma verdadeira epidemia de *diagnósticos* tem nas questões psi um campo para lá de fértil. Manter o centro de nossa intervenção em quem **sofre** e no seu **sofrimento** tem se constituído em desafio importante frente a tendência do mundo contemporâneo em classificar, rotular e medicar tudo e todas/todos.

Diagnóstico, na perspectiva da Psicologia como ciência e profissão, significa análise, investigação e pesquisa, não produção de estigma. Diagnóstico como instrumento para encontrar o sujeito, não para coisificá-lo.

Não é exagero afirmar que na gestão do 17º Plenário do CFP, resistimos e avançamos.

Resistimos quando defendemos os princípios do nosso código de ética, que definem que os profissionais de Psicologia farão seu trabalho respeitando e promovendo a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Resistimos quando exercemos nosso compromisso de promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que subjugam pessoas, grupos e populações;

Resistimos quando atuamos como profissionais de Psicologia que, cientes da nossa responsabilidade social, desenvolvemos o potencial analítico e crítico para pensar e transformar a realidade histórica, política, econômica, social e cultural em que estão vivendo as pessoas que sofrem;

Resistimos quando atuamos com rigor, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de práticas;

Resistimos quando contribuimos para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão;

Resistimos quando zelamos para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando e combatendo situações em que o trabalho da psicóloga e do psicólogo esteja sendo aviltado;

Ressalto que não resistimos sozinhos. Muitos resistiram e ainda resistem iluminados pelo mesmo sol, banhados pela mesma chuva, caminhando pelo mesmo caminho. Como CFP, contamos com a força, o empenho e a dedicação do conjunto do Plenário e de todos os trabalhadores e trabalhadoras do CFP, e não posso aqui deixar de homenagear a conselheira Cleia Oliveira Cunha, falecida em 29 de novembro de 2018.

A memória da Cleia está presente em cada ato de resistência!

Ao resistir

Descobrimos a força da Psicologia brasileira para cuidar das pessoas e exercer seu papel social. **Ao resistir** criamos as condições para avançarmos como ciência e profissão, para cuidar das pessoas em diferentes territórios da sociedade, com destaque as políticas públicas do SUAS, do SUS, nas diferentes redes de educação pública **ou, onde a Psicologia se faz necessária para cuidar de pessoas vítimas de violência social**, física e simbólica. **Ao resistir**, avançamos também na Psicologia exercida nos

milhares de consultórios, como uma Psicologia que compreende a pessoa como um Ser encarnado num mundo social.

Em tempos difíceis, resistir se traduz em pequenos, mas significativos avanços, que tem potencial extraordinário de pavimentar caminhos de enfrentamento aos desafios presentes e futuros para a Psicologia, como ciência e profissão.

Para dar alguns exemplos de resistências e avanços...

No primeiro eixo do 9º CNP: organização democrática do Sistema Conselhos e aperfeiçoamento das estratégias de diálogo com a categoria e sociedade, podemos citar dois momentos que consideramos relevantes, onde o CFP esteve presente como parte do Sistema Conselhos para o diálogo com a sociedade e com a categoria.

O primeiro momento foi o Encontro de Bauru, realizado em dezembro de 2017, que comemorou os 30 anos da luta antimanicomial, em que participaram estudantes, profissionais e usuários de serviços que militam na causa antimanicomial. Esse encontro nos mostrou a atualidade de continuarmos lutando por uma saúde mental e uma sociedade sem manicômios, principalmente quando constatamos que está em curso uma contra reforma.

A chamada “*nova*” política de saúde mental, é um exemplo de retrocesso, com a autorização para o retorno da centralidade dos hospitais psiquiátricos, do eletrochoque, do fim da redução de danos, entre outras medidas impensáveis para um modelo civilizado e humanizado de tratamento e cuidado. Decisões governamentais feitas ao arpejo do controle social e do ordenamento jurídico existente. Mas há resistência, pois acreditamos que as conquistas de quase três décadas da Reforma não serão simplesmente apagadas.

Seguiremos afirmando que ... nenhum passo atrás – manicômios nunca mais!

O **segundo** momento relevante de diálogo com a categoria foi a ampliação do papel das relações institucionais do CFP com as entidades da Psicologia, destaque para a refiliação do CFP à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) e a Associação Latino Americana para Formação e

Ensino da Psicologia (ALFEPSI) e a consolidação das relações com o Fórum das Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira – o FENPB, que é composto por 26 entidades profissionais, científicas e estudantis. Com a força do FENPB foi possível a realização do 5º Congresso Brasileiro da Psicologia com o tema: *Psicologia, direitos sociais e políticas públicas: avanços e desafios*.

O V CBP contou com mais cinco mil trabalhos apresentados, sendo o maior congresso da história da Psicologia brasileira, mostrando toda nossa diversidade, pluralidade e unidade em torno da defesa de direitos.

Além destes espaços, o CFP promoveu Diálogos Digitais utilizando as redes sociais para uma comunicação dinâmica, atual, direta e sobre diferentes temas e com diferentes setores da categoria; **reeditou a Revista Diálogos** e manteve vínculos de formação e informação através de seus canais de comunicação, mas fundamentalmente, por sua presença, realizando visitas em todos os Conselho Regionais de Psicologia, para o diálogo sobre as pautas da Psicologia, revigorando e articulando o Sistema Conselhos.

No segundo eixo que orienta nossa gestão as contribuições éticas, políticas e técnicas ao processo democrático e de garantia de direitos; citei duas iniciativas inovadoras, diante das muitas que foram realizadas.

Junto com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, realizamos em 2017 a inspeção nacional às comunidades terapêuticas nas cinco regiões do país.

Ação conjunta inédita vistoriou simultaneamente 28 estabelecimentos, em onze estados mais o Distrito Federal, nas cinco regiões do país. Nos estados, a coordenação das vistorias ficou a cargo dos Conselhos Regionais de Psicologia e dos representantes das instituições participantes, além de outros parceiros locais.

Seu relatório foi lançado em junho de 2018, e constitui um contundente documento de denúncia dos maus tratos e desrespeitos sistemáticos aos Direitos Humanos praticados nos locais vistoriados. Ao mesmo tempo descritivo e analítico, tem repercutido na imprensa e em diversos círculos de defensores de Direitos Humanos do país. Seu rigor e metodologia tem sido largamente elogiado.

No mesmo caminho, em dezembro de 2018, realizamos ação articulada inédita de inspeções, a hospitais psiquiátricos em âmbito nacional. Foram vistoriadas 40 instituições psiquiátricas, em 17 estados das cinco regiões do Brasil. Lamentavelmente encontramos graves evidências de violação de direitos, tratamento cruel, desumano e degradante.

Também esta iniciativa foi realizada junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Regionalmente, as inspeções foram coordenadas pelos Conselhos Regionais de Psicologia, Ministérios Públicos Estaduais e Ministérios Públicos do Trabalho (MPT) estaduais.

Estas iniciativas incidem no debate da contrarreforma psiquiátrica em curso e nos alertam para a necessidade de combatermos a perspectiva manicomial, seja dos velhos ou dos novos manicômios.

A liberdade é terapêutica. E cuidar em liberdade é para nós mais que palavras de ordem, é um jeito de estar no mundo, é nossa ética profissional.

No terceiro eixo que orienta nossa gestão, a ampliação e qualificação do exercício profissional no Estado de garantia de direitos, reativamos o CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, onde participa o conjunto do Sistema Conselhos, que retomou as coletas de dados junto aos profissionais que atuam nas políticas públicas, a produção das referências técnicas que haviam sido paralisadas e iniciou a revisão/atualização das referências já publicadas.

Não há tempo disponível nesta apresentação para enumerar e qualificar todas as atividades do CREPOP desde sua reativação. No entanto, trago um destaque. A realização do *9º Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*, realizado nas cinco regiões do país, com ampla participação presencial e online via transmissão nas redes sociais do CFP.

Tão importante quanto a relação que estabelecemos na categoria foram os espaços de articulação desenvolvidos com a sociedade. Destes espaços quero destacar a participação do Conselho Federal de Psicologia no Fórum Social Mundial, realizado em março de 2018, no campus de Ondina, na Universidade Federal da Bahia. Lá instalamos a tenda Marcus Vinicius, o nosso Marcus Matraga, que foi palco de importantes debates como:

a- **comunidades terapêuticas**, que em minha visão não são nem comunidades, tampouco terapêuticas, pelo seu caráter asilar e estigmatizante;

b- **A guerra às drogas**, com seus efeitos de genocídio e encarceramento em massa da juventude negra;

c- **as ações do CFP para o enfrentamento à violência e à discriminação da população LGBTI**, quando tratamos das Resoluções 01/99 e 01/18, de combate à discriminação e violência contra a população LGBTI;

Estes são alguns dos exemplos da riqueza de temas e debates que passaram pela nossa tenda no Fórum, entre tantos.

Soma-se à **ampliação e qualificação do exercício profissional** a nossa participação nos debates sobre pautas da Psicologia que estão tramitando no Congresso Nacional, onde defendemos a perspectiva da Psicologia, especialmente aquela como direito em política pública.

Motivo pelo qual atuamos ativamente como CFP nos conselhos de direitos, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional da Assistência Social, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS), Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Saúde (FENTAS) e no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, entre outros. O CFP está presente em cerca de 80 espaços de representação, divididos em Conselhos de Direitos, Grupos de Trabalhos, Comissões, Comitês e Fóruns.

Nossa atuação nestes espaços tem um sentido, construir unidade da pauta na defesa das políticas públicas de direitos, compreendemos que para esta defesa, a unidade é o caminho.

Como caminho, o 17º Plenário buscou unificar a categoria, na sua cultura de decisões amparadas no debate sobre o dissenso para qualificar e unificar a categoria para a ação. **Acreditamos ser este o legado que deixamos, como 17º Plenário a categoria e a sociedade.**

Seja na forma como nos dedicamos para o fortalecimento das articulações entre instituições da Psicologia, valorizando e ampliando seus espaços de encontro, como por exemplo o FENPB, a ULAPSI e a ALFEPSI.

Seja, pela especial atenção e cuidado que dedicamos às Assembleias de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que reúne o Sistema Conselhos de Psicologia.

A APAF cumpre um papel fundamental para o funcionamento do Sistema Conselhos. Especialmente pelas relações de confiança de propósito, construídas ao longo deste período, demonstrando que nossas diferenças mais nos uniram (pois impulsionaram o debate) do que nos separaram. Unidade que proporcionou aprovarmos pautas com voto unânime das 53 delegadas e delegados da APAF, particularmente quando tratamos de temas que afetam diretamente o exercício profissional, como por exemplo o Código de Processamento Disciplinar da Psicologia, mas também em temas que nos posicionou em defesa da sociedade, como exemplo a ***Carta aberta em defesa da democracia***.

Ao resistir e avançar, é importante observarmos os riscos e desafios.

O primeiro é o risco da captura da Psicologia pelas ideologias neoliberais, em que as ideias de meritocracia e de individualismo aparecem como respostas, conformando subjetividades que não confrontam, em vez disso, reforçam o desmonte das políticas públicas e a desregulação do mundo do trabalho. O problema é esse tipo de ideologia se apresentar como organizadora do trabalho da psicóloga, transformando nosso exercício profissional como um mero atendimento das expectativas do mercado.

O segundo são os reducionismos amparados por um “cientificismo” em voga. De fato pseudociência, pois se escondem - seus defensores - atrás da cortina de uma neutralidade... falsa ... e pretendem a afirmação de uma Psicologia sem as “deformações ideológicas”, ou seja, como mero exercício de um tecnicismo (des) historicizado.

Esses dois riscos, se não enfrentados, porão a Psicologia como uma ferramenta encobridora da construção social das desigualdades.

Como desafio urgente destaco o mais contemporâneo de todos: Precisamos contribuir para a compreensão e o enfrentamento dos fenômenos revelados no discurso de ódio, violência, culto à ignorância e

desprezo pelos saberes científicos e filosóficos, todos contrários aos avanços civilizatórios dos últimos 70 anos. Assistimos o reino de opiniões e convicções que, impermeáveis, se prestam a silenciar ou eliminar as diferenças quando não, os diferentes.

Percebo que a sociedade e particularmente nossos parceiros nas entidades e movimentos sociais olham para nós, psicólogas e psicólogos como e perguntar. O que é isso? Como a sociedade brasileira chegou a esta narrativa de representações, de reprodução da ignorância e da violência? Na certa muitos creem que temos a resposta, só que não.

Para além de reconhecer e compreender os problemas, penso que devemos reconhecer as potências expressas em amplos setores da sociedade, em uma vontade de resistir (existindo), quando o que se esperava era o desistir (como deixar de existir) e aí me socorro com o Chico Buarque citando a canção **Sonho Impossível**.

Sonhar / Mais um sonho impossível
Lutar / Quando é fácil ceder
Vencer / O inimigo invencível
Negar / Quando a regra... é vender
Sofrer / A tortura implacável
Romper / A incabível prisão
Voar / Num limite improvável
Tocar / O inacessível chão...

Por uma Psicologia que nos conecte ao chão do real e aos horizontes das utopias.

Obrigado!

Rogério Giannini

Presidente 17º Plenário do Conselho Federal de Psicologia